

TEMA LIVRE

(In) visibilidade e silenciamento das sexualidades e identidades de gênero dissidentes no espaço agrário

José Filho Araújo Santos¹
Elane Conde²

Resumo: O peso do cis-heteropatriarcado nas relações históricas e culturais de dominação impõe limites à diversidade sexual e de gênero; no espaço agrário, essa opressão se aprofunda com os dispositivos de controle dos corpos e sexualidades, edificados pela unidade familiar e a sociabilidade comunitária implicando em processos de invisibilidade e cercamentos das sexualidades e identidades de gênero dissidentes. Este artigo se constitui numa reflexão qualitativa de cunho bibliográfica. Ao final, compreendemos que o cis-heteropatriarcado promove na formação social brasileira limites à vivência das experiências afetivas e sexuais, tendo em nossa análise fortes rebatimentos nos territórios camponeses, por meio, da ocultação das práticas homossexuais, ao passo que este segmento confronta e conflita estas relações no rompimento de cercas que impedem de viver, ser e amar.

Palavras-chaves: Território camponês, diversidade sexual e de gênero.

¹ Doutorando em Serviço Social (UFRN) Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (UECE); Integrante do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Serviço Social (LAPESS/UECE) e Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN);

² Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2013) e Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (2016). Foi professora do Serviço Social da Terra, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

A diversidade humana se apresenta como processo elementar de desenvolvimento do ser social e da riqueza da genericidade humana, delineando a construção singular do indivíduo no mundo, na vida e nas relações a partir da atividade humana mediatizada pelo trabalho (LUKACS, 2013). A diversidade sexual e de gênero como existência humano-genérica referencia a ampliação das capacidades do ser social; da sua consciência sobre sua corporiedade e dos modos de vivência e expressão da dimensão afetivo-sexual (SANTOS, 2005).

O movimento ontológico de produção da vida e o desenvolvimento da individualidade revelam a sexualidade enquanto um potencial político e pedagógico na constituição das relações sociais e econômicas. Sua determinação sócio-histórica e cultural reúne pressupostos que dialeticamente se articulam não só entre conformação, restrição e opressão, como também entre liberdade, potência humana e desenvolvimento individual. Federici (2017), estudando a sexualidade das mulheres da Europa do século XVI e XVII, relata a condenação das mesmas, na condição de pessoas perigosas (por serem visualizadas como bruxas). A autora ressalta que essa perseguição:

[...] não só condenou a sexualidade feminina como fonte de todo mal, mas também representou o principal veículo para levar a cabo a uma ampla reestruturação da vida sexual, que, ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual, que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 349-350).

Autora destaca que apropriação privada das terras e dos corpos das mulheres incidiu para romper com os sistemas comunitários de gestão da terra, fundamentando a lógica da propriedade privada capitalista, com o forte vetor do casamento monogâmico, e da maternidade. A propriedade privada não existiria se a virgindade e a monogamia não fossem impostas às mulheres; sendo essas duas exigências necessárias para que o modo de produção capitalista passasse a existir.

Em acordo com Federici (2017, p. 33), reafirmamos que o corpo feminino:

[...] é um significante para o campo das atividades reprodutivas que foi apropriado pelos homens e pelo Estado e convertido em um instrumento de produção de força de trabalho (com tudo aquilo que isso pressupõe em termos de regras e regulações sexuais, cânones estéticos e castigos), então o corpo como lugar de uma alienação fundamental que só pode ser superada com o fim da disciplina-trabalho que o define.

Deste feito, a sexualidade na condição de expressão/atividade humana, é apropriada pelas relações de poder, que passam a modelar e aprisionar corpos em função da ordem societária. Na formação social brasileira a racionalidade colonial e capitalista, acentuada com o racismo e o cis-heteropatriarcado produziram sistemas de exploração e opressão que se entrelaçaram, alimentando diversas formas de violência e desigualdade.

Neste contexto, o cis-heteropatriarcado estrutura relações sociais assentadas na cisgeneridade masculina heterossexual movendo centralidade e controle sobre as vivências afetivas e sexuais, de modo, a invisibilizar, apagar e/ou atacar as orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes.

As relações cis-heteropatriarcais conjugam historicamente padrões, dispositivos³ e hierarquias, pondo “em tela a produção e reprodução do machismo, das relações de poder, do preconceito, e da discriminação” (SILVA, 2019, p. 191), com base na

³ Compreendemos dispositivo enquanto “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos [...] O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 1979, p. 244).

heterossexualidade compulsória⁴, na configuração nuclear da família monogâmica, na divisão sexual do trabalho, e nas noções religiosas conservadoras.

Estes modelos e práticas produzem a abjeção aos corpos das populações LGBTQIA+⁵, consolidando a noção de heterossexualidade, como modelo, exclusivo, de relações e vivências afetivas e sexuais ainda que irrompida e confrontada por pessoas LGBTQIA+ em suas formas de ser, viver e amar.

Este estudo parte de uma análise bibliográfica, de cunho qualitativo, reunindo pesquisas em torno das práticas afetivas e sexuais dissidentes no espaço agrário, localizando nas fontes pesquisadas, pressupostos sobre a dificuldade da liberdade sexual de pessoas LGBTQIA+.

A partir das fontes consultadas podemos inferir que historicamente, a população camponesa manteve uma intrínseca relação da reprodução da espécie biológica a dinâmica de continuidade e permanência da população no espaço agrário, configurando a sucessão geracional, por meio, da família heterossexual e monogâmica, como modelo legítimo para a reprodução social do território⁶.

O peso cultural e histórico da família “[...] com funções predeterminadas, dentre elas as de crescer, multiplicar e se sustentar com o suor do seu próprio rosto”,

⁴ De acordo com Santos (2005), a primeira vez que o termo foi utilizado foi em 1980, por Adrienne Rich em *Compulsory Heterosexuality and lesbian existence*. Para Santos (2005, p. 213) “o paradigma dominante de sexualidade, especialmente, a imposição compulsória, ideológica e cultural da heterossexualidade que empobrece a sexualidade e afetividade humana e aniquila a individualidade. Advertem, ainda, para o fato de que, na sociedade brasileira, há uma tendência à banalização da violência contra os indivíduos LGBTQIA+. E neste universo, instituições como a família, a escola, a polícia, mídia, dentre outras, por vezes, alimentam e até disseminam esta cultura da violência e da negação de direitos no campo da diversidade sexual”.

⁵ Preferimos adotar a sigla LGBTQIA+, enquanto uma tradução da afirmação política e de reconhecimento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queers*, intersexos, assexuais e demais variações de sexualidade e gênero, ao irromper com o enquadramento heterossexual, ampliando as noções de orientação sexual e identidade de gênero.

⁶ Vale dizer que consideramos território camponês com base na leitura de Fernandes (2012, p. 746) que entende o território camponês, como “uma unidade espacial, mas também [...] desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse *espaço* que chamamos de *território*”. Para o autor “terra e território são espaços e recursos, condições e possibilidades de criação ou recriação de desenvolvimento da população camponesa”. (FERNANDES, 2012, p. 746).

(FERREIRA, 2008, p.89) elabora obstáculos que condena quaisquer relações humanas que fuja de tal parâmetro, reafirmando assim, o lugar da cis-heterossexualidade na configuração da família nuclear formada por homens, mulheres e filhos, enquanto instância fundamental de exercício do poder patriarcal na coesão familiar e territorial.

As relações sociais agrárias e de sexo na particularidade da formação brasileira

A gênese das relações de produção capitalista se constituiu historicamente por meio de práticas assentadas na expropriação e violência. De acordo com Fontes (2018), a emergência do capitalismo na Europa se deu com o rompimento do sistema feudal, manifestando a:

[...] expropriação do povo do campo; reforma e roubo dos bens da igreja (católica); legislação sanguinária contra os pobres da Europa, através de encarceramento e trabalho forçado; roubo dos domínios do Estado; a colonização e seu cortejo trágico de escravização, extermínio de populações e pilhagem; estabelecimento de sistemas tributários voltados para favorecer o grande capital, assim como as dívidas públicas etc. (FONTES, 2018, p. 21).

Em Marx (1996) no III Capítulo de “O Capital”, apreendemos que o capitalismo nasceu jorrando sangue e lama, em sua forma de regulação e produção das mercadorias, com a dominação dos territórios, estabelecendo a divisão e saque, enquanto medidas de apropriação privada da riqueza.

Este movimento produziu diversos tipos de cercamentos, como destaca Federici (2017) ao discutir o nascimento da modernidade na Europa e o desenvolvimento urbano-industrial na lógica capitalista de produção do valor. Para a autora, o rompimento do sistema feudal eliminou as relações de servidão, promovendo a extinção das relações comunais, instituindo a propriedade privada como forma social de regulação do ordenamento jurídico-político e econômico.

A separação entre o trabalhador e a terra e o advento da economia monetária formaram o ponto culminante da luta travada pelos trabalhadores medievais para se libertarem da servidão. Não foram os trabalhadores – homens e mulheres – que foram libertos pela privatização da terra. O que se “libertou” foi o capital, na mesma medida em que a terra estava agora “livre” para a exploração, e não como meio de subsistência. (FEDERICI, 2017, p. 146).

Nesse contexto, as invasões aos territórios da América Latina permitiram a conversão das riquezas naturais em combustão para o desenvolvimento da indústria e do comércio na Europa, propiciando a substância dos processos de exploração-dominação dos povos desta região.

Enraizada na colonização, no latifúndio e na escravidão, a invasão ao território brasileiro, permitiu a submissão das riquezas locais às demandas das economias centrais do capitalismo mundial promovendo o saque da terra, dos bens naturais, exploração compulsórias da força de trabalho das populações indígenas e negras, e o genocídio e apagamento étnico-racial de diversos povos.

Barbosa (2017, p. 108) indica que a tríplice natureza das relações sociais e econômicas assentadas na colonização, latifúndio e escravidão legou ao Brasil:

[...] uma profunda segregação social e um antagonismo de classe determinados, por um lado, pela condição estrutural de quem (não) detém os meios de produção e, por outro, pelo lugar social atribuído pelos conquistadores (e pelas elites nacionais pós-colonização) aos povos indígenas, aos afrodescendentes e aos camponeses.

Em face disso, esta herança engendrou um projeto societário baseado na violência e na expropriação do território brasileiro, exportando riquezas ao capital internacional, instituindo relações de dependência e subdesenvolvimento. Essas relações de poder assinalaram o antagonismo de classe, com o forte peso das imbricações de raça-etnia e gênero-sexualidade funcionalizando e potencializando formas de exploração e opressão.

Federici (2017, p. 27) ressalta que a globalização do capital retroalimenta constantemente aspectos da acumulação primitiva através da “expulsão dos camponeses da terra, da guerra, do saque em escala global e da degradação das mulheres” expressando um *modus operandi* necessário “para a existência do capitalismo em qualquer época”.

Deste feito, a posição do poder masculino na correlação de forças de classes, assumida por grupos das classes dominantes, geralmente comandadas por homens, cis, brancos e proprietários dos meios de produção demonstra as raízes da estrutura comandada pelo cis-heteropatriarcado na histórica concentração de riquezas; pilhagem de recursos naturais; apagamento das populações originárias e escravizadas; promoção do racismo estrutural e o ataque à vida e ao corpo de mulheres e LGBTQIA+.

Dulce (2019), em seu artigo intitulado “Lgbtfobia veio de caravela: colonização sobre os corpos indígenas” relata que antes dos portugueses chegarem ao Brasil, os indígenas partilhavam experiências homoafetivas. A autora afirma que a primeira vítima da intolerância à diversidade de gênero no país foi Tibira, indígena Tupinambá no Maranhão morto em 1614 com apoio dos jesuítas, por ter cometido o suposto “*pecado de sodomia*”.

O primeiro registro histórico de homofobia no país, revela que a colonização se realizou cercando⁷ terras, corpos e desejos, moldando sobre a visão colonial europeia o apagamento dos corpos das populações LGBTQIA+.

O nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFIOTTI, 2004) entrelaça exploração e opressão estabelecendo níveis de desigualdades a partir da divisão sexual, étnico-racial, territorial e social nos processos históricos de produção do valor, da colônia aos nossos dias, precarizando as dimensões objetivas e subjetivas de vida, de pessoas, que vivem no campo e na cidade.

⁷ Compreendemos o cercamento enquanto o processo de expropriação objetiva e subjetiva das relações humanas e sociais, tendo em nossa análise, na formação social brasileira o cis-heteropatriarcado como uma das determinações desta forma de cercamento.

Cercas no chão e territorialização do desejo no campo

Os segmentos da população LGBTQIA+ que vivem no campo estão expostos a uma dinâmica comunitária que recoloca a necessidade de criação de códigos e estratégias para manifestarem sua sexualidade, ao emergirem pulsões e sentimentos que vão para além dos “confinos do roçado” fazendo “rodopiar o desejo desejando o desejo” (FERREIRA, 2006, p. 23).

Paiva (2015), ao estudar a vida de homossexuais de um distrito rural de uma cidade interiorana do estado do Rio Grande do Norte, coloca que as relações afetivas e sexuais fugiam à *heterossexualidade compulsória* subjetivando a “existência de algumas práticas sexuais ‘divergentes’ em meio à comunidade rural, bem como *identidades performativamente construídas* (BUTLER, 2010)” (PAIVA, 2015, p. 80).

Para o autor, existiam naquela comunidade segredos e trocas acordadas entre os sujeitos em seus intercursos e práticas sexuais, ocultando a vivência da vida pública da comunidade. Ainda que em determinadas situações, as parcerias sexuais ganhassem notoriedade na cena comunitária.

Na mesma direção, Contijo e Costa (2012) refletem sobre a diversidade sexual e de gênero em um assentamento que se localiza no sertão do semiárido piauiense, percebendo que existem códigos locais específicos de encontro, que referenciam as relações homossexuais desvelando que “há lugar para arranjos que destoem do modelo hegemônico e que negociações estão sempre em jogo” (CONTIJO; COSTA, 2012, p. 184). Para os autores, esses arranjos permitem ultrapassar os lugares historicamente estabelecidos sobre os corpos das populações camponesas, especificamente, no que se refere a vivência homossexual e a manifestação da identidade de gênero.

Para Ferreira (2006), a diversidade sexual no campo, especificamente, a homossexualidade, des-reterritorializa as práticas tradicionais, fazendo emergir, outra

relação do corpo com o desejo e o território, provocando estruturas enraizadas, ao passo que ocultam as práticas afetivas e sexuais nas matas:

No meio do roçado, nas moitas, nos açudes e ou em casas abandonadas, [...] nada a declarar, nada a reivindicar, nada a se identificar ou representar. Puro anonimato, devir-homossexual, [...] devir-mulher, devir-homem, devires infinitos que se engendram pelo desejo desejando o desejo. (FERREIRA, 2006, p. 134).

Assim, as práticas homossexuais no campo se estabelecem como mistério, caracterizando códigos de fuga e encontro em espaços que a vontade atrai. Esses espaços geralmente são acordados entre os parceiros, tornando-se o locus das vivências. A relação afetiva e sexual se resguarda sob o sigilo do interesse, pouco possível de ser manifestado no espaço público da vida comunitária. Para Oliveira (2017, p.147), neste contexto:

O armário tende a ser mais resistente e durável [...], com fortes tradições rurais e religiosas cristãs. [...] o binarismo de gênero e a norma cis heterossexual são tratados como verdades incontestes. A família, mais que a escola e a igreja, fornece os primeiros materiais e as ferramentas para a construção do armário e atua para preservá-lo. (OLIVEIRA, 2017, p.147).

Os camponeses que se inserem na luta pela terra e em suas organizações políticas têm suas trajetórias individuais atravessadas por valores, moldados sob os auspícios dos dispositivos de poder, como a família, a religião e a comunidade. A exemplo da religião, esta conserva a tradição de valores a partir de determinada concepção de mundo e de relações sociais. Para Rios (2004, p. 26), a religião, fomenta:

[...] categorias binárias, como a de certo e errado, santificado e pecado, normal e patológico buscando localizar o sexual (parcerias e práticas) em relação a uma “verdade que ordena o mundo”. Em outras palavras, julga-se o que é permitido ou não em termos de sexualidade com base em como uma dada instituição concebe a estruturação do mundo e de como práticas e parcerias sexuais afetariam esta ordenação – com a individualização dos sujeitos, a esta suposta verdade.

Para o autor a religião promove o controle da sexualidade humana, fundando sua organização a partir de preceitos que atendem a ordem societária capitalista favorecendo os interesses da propriedade privada, ao definir nos corpos humanos, formatos de existência caracterizados entre papéis masculinos e femininos.

[...] o próprio termo corpo já carrega em si as marcas de sentido da sociedade em que foi forjado: ferramenta e invólucro de uma mente/razão; instrumento de labor; integrante dos arsenais postos a serviço da reprodução da espécie e da produção do capital; corpo/carne formado de instintos que precisam ser controlados para que a ordem natural e/ou sagrada seja mantida. (RIOS, 2004, p. 32).

O corpo orgânico, de carne e osso, é agente de práticas sociais, que subjetiva padrões morais, sendo tomado sob o enquadramento binário, perspectivando anular qualquer tentativa de “transgressão” que fuja a norma hegemônica. Isto lança na ordem societária capitalista, processos de exploração-opressão face o corpo da mulher na reprodução social com as tarefas do cuidado, como também, o apagamento e invisibilização dos corpos LGBTQIA+.

Estes últimos têm suas existências desqualificadas por ser apreendidos, como inférteis a procriação humana, marcando de forma delével a vida destes sujeitos, naturalizando discursos e práticas de ódio, violência e abjeção.

A partir disso, observamos que os corpos camponeses são capturados por tais lógicas sistêmicas e estruturais, para o trabalho produtivo e reprodutivo mediante a família nuclear monogâmica heterossexual; balizando a vida privada e coletiva na terra em função das necessidades básicas, mantendo a centralidade da sociabilidade comunitária, sob os auspícios da família, a conservação dos valores morais, assegurando a sucessão geracional do território.

A concepção bíblica do “crescei e multiplicai-vos” se arraiga no cotidiano das famílias criando no cotidiano a exigência do casamento e a constituição da família, com filhos, exercendo a família sobre os jovens a tensão dos relacionamentos sólidos, em

vista desta configuração. Com isso, notamos que os corpos LGBTQIA+, são desprezados ao não corresponder por tais funções culturais e sociais, sofrendo diversas represálias e discriminações.

De acordo com Federici (2019), é fundamental pensarmos os “cercamentos como um fenômeno mais amplo que a simples separação da terra por cercas. Devemos pensar em um cercamento de conhecimento, de nosso corpo, de nossa relação com as outras pessoas e com a natureza” (FEDERICI, 2019, p. 53).

Ferreira (2006), em seu estudo etnográfico sobre o indizível das sexualidades camponesas no sertão cearense, identificou que a literatura das ciências sociais tem construído uma narrativa que transforma o corpo do homem camponês num formato cristalizado a partir das relações políticas; das atividades produtivas na agricultura; na procriação e reprodução da espécie humana, e na família monogâmica heterossexual.

Para o autor, os estudos no âmbito das ciências sociais historicamente produziram um texto sobre as sociedades camponesas castrador das pulsões e desejos que corre o corpo e mente dos sujeitos campesinos. Este corpo produzido teoricamente tem sua prisão decretada na tríade homem-deus-natureza (FERREIRA, 2006), instituindo no “corpo do camponês um *corpo-mais-valia*, um *corpo-mutilado*, um *corpo-funcional*, um *corpo-bíblico*, via uma literatura que, curiosamente, organiza, simplifica e seleciona discursos que desembocam em um persistente retorno ao Mesmo” (FERREIRA, 2006, p.11).

Gontijo e Costa (2012, p. 183), utilizando as contribuições de Ferreira (2006) sobre o que ele afirma serem as “sexualidades silenciadas”, explicam que o homem morador do campo é visto como alguém “[...] que trabalha para manter a sua prole numa relação em que não há lugar para práticas sexuais que não tenham como finalidade a procriação, estando a busca pelo deleite condenada às “moitas” e aos “indizíveis” disseminados pelos ruídos.”

Ferreira (2006) em seu estudo identifica corpos prenes de pulsões e desejos homoeróticos. Corpos que desfaziam normatizações e regras na vivência da sexualidade, territorializando desejos, para além dos confins do roçado, como cita o autor. Ferreira (2006) rompe com a visão idílica e cristalizada do campo como espaço bucólico e conformado a ordenamentos morais e tradicionais de reprodução social. Em seu estudo, a manifestação da homossexualidade é uma expressão real e possível de um devir que o corpo camponês pode vir assumir, rompendo com concepções fechadas.

Vale destacar que os segmentos LGBTQIA+ que vive no campo, ao subjetivarem a sua sexualidade, engendram códigos e acordos clandestinos na vivência dos afetos, assumindo no sigilo dos corpos, o espaço da conexão, da ebulição e do rompimento com a moral dominante. A partir do indizível é possível produzir estratégias para ser e existir face o receio, o medo, e o estigma das ações de violência ou violações, que persistem em negar as diversas orientações sexuais e identidades de gênero no contexto da vida comunitária.

No que concerne às cidades (especialmente as grandes cidades), é possível apreender, que a saída e/ou o trânsito entre o campo e a cidade permite aos sujeitos LGBTQIA+ vivenciar experiências mais livres sem sofrer a repressão e a vigilância de forma constante. (COLETTI, 2015). A saída para as cidades permitem ampliar o rol das possibilidades afetivas e sexuais nos guetos e espaços ocupados pelo segmento. No contexto da vida comunitária as relações familiares e de parentesco, impõem restrições, para uma vivência menos livre da sexualidade.

[...] diferentemente da cidade que se pode vivenciar um maior anonimato e liberdade, a zona rural se caracteriza por relações sociais intensas entre todas as pessoas da comunidade que convivem diária e acentuadamente. Todas as pessoas se conhecem, não de forma superficial, mas de cunho profundo e geracional. Nas rodas de conversas, quando não se conhece a pessoa de quem se fala, é comum ouvir expressões como: “filha de fulana”, “prima de beltrana”, “neta de sicrana” (PAIVA, 2015, p. 79).

A tensão constante de retorno ao armário e/ou do cercamento dos desejos, favorecem neste contexto, as situações de adoecimento mental, que estão diretamente ligadas à violência física e psicológica, fomentadas na maior parte das vezes por pessoas próximas, a exemplo dos familiares. As práticas de discriminação e intolerância tendem a sutilmente impor a ruptura dos vínculos comunitários, determinando a saída das pessoas LGBTQIA+ do território camponês para o espaço urbano.

[...] a migração de áreas rurais a urbanas e de pequenas a grandes cidades ainda é muito recorrente aos sujeitos cujos desejos afetivo-sexuais e/ou identidade de gênero não se conformam à heterocisnormatividade. Os espaços urbanos centrais, com destaque aos grandes conglomerados metropolitanos, exercem uma forte atratividade a sujeitos LGBTQIA+, uma vez que representam um locus singular à construção de suas subjetividades dissidentes. Transmutam-se, portanto, em ambientes onde há a viabilidade de relativo anonimato, menor vigilância social e mais liberdade para a expressão de diferenças (THEODORO; COGO, 2019, p. 10).

Para Silva e Santos (2015), na sociabilidade capitalista e patriarcal, existe “um *ethos* perverso” que “cerceia a liberdade, a justiça, e o direito de amar” (SILVA; SANTOS, 2015, p. 514-515). Para as autoras obstaculiza-se a mobilidade e presença ativa de LGBTQIA+ no espaço público, prevalecendo um “olhar inquisidor para “vigiar” ou formas físicas brutais de violência para “punir” e impedir a liberdade e a igualdade”. (SILVA; SANTOS, 2015, p. 515).

Com isso os dispositivos que regulam a sexualidade no contexto do território, a exemplo da família, da religião e da comunidade, fundem-se edificando um grande panóptico, onde a vigilância, o controle e a punição assumem formatos severos de restrição, ainda que em muitas das vivências, se lance conflitos e disputas (FOUCAULT, 1987).

Na luta, pela afirmação e posição política dos indivíduos LGBTQIA+ no Brasil, historicamente a visibilidade emergiu dos grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos últimos anos, especificamente a partir de 2015, o espaço

agrário vem ecoando as vozes das pessoas LGBTQIA+ dentro dos movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No interior da organização espaços de visibilidade e discussão teórico-política vem sendo construídos para dialogar com as pessoas LGBTQIA+ dos acampamentos e assentamentos.

Em 2015, a Escola Nacional Florestan Fernandes, realizou o primeiro⁸ seminário com o tema “O MST e a Diversidade Sexual” para acampados, assentados, militantes e dirigentes LGBTQIA+, defendendo a identidade LGBT Sem Terra, ao demarcar que o “patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT também é sangue Sem Terra”.

Este evento estabeleceu uma chamada para organização nacional do MST refletir acerca da presença e participação das sujeites LGBTQIA+ na construção dos acampamentos e assentamentos, pautando a necessidade do direito de amar como pressuposto para um programa agrário popular contrário a discriminação homo-lesbo-transfóbica.

É importante inferir que, historicamente, nos assentamentos do MST, existiram pessoas LGBTQIA+ participando das lutas e da construção dos processos organizativos e produtivos. Este segmento, embora sempre estivesse em espaços de direção, coletivos e setores, não dispunha de maior visibilidade e voz em relação à pauta LGBTQIA+.

De acordo com o Coletivo LGBT Sem Terra, não adianta produzir agroecologicamente, se ainda persistirem, nas bases e na organização, relações de violência e opressão contra as pessoas LGBTQIA+. Esse processo suscita desafios no

⁸ “O evento contou com a participação de 35 militantes de 13 Estados do país e marcou o que podemos chamar de início formal da auto-organização das LGBTQIA+ no MST, lançando a identidade LGBT Sem Terra. Este primeiro seminário foi um momento de socialização dos debates que já ocorriam isoladamente, apontando para a formulação de uma leitura nacional sobre os caminhos da construção em torno da diversidade sexual e de gênero no MST”. (MARIANO, PAZ, 2018, p. 18).

interior do movimento social, haja vista, a construção de novas relações humanas nos territórios camponeses. Conforme Mariano e Paz (2018, p.56):

O MST é um movimento popular que organiza sujeitos expostos a grandes contradições da sociedade capitalista, patriarcal e racista. Vive constantemente a tensão entre a reprodução dessas contradições e a busca por superá-las. Basta lembrar as suas várias experiências pedagógicas que articulam a dimensão da luta, da organização e da formação política [...] No entanto, a história das LGBTQIA+ no MST está longe de se resumir a preconceitos e discriminações. É também nessa organização que muitas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis puderam se constituir enquanto sujeitos políticos. Os espaços coletivos do Movimento são apontados como lugares de aceitação e apoio para assumir a sexualidade. Não são poucas (os) as (os) militantes que, antes da família, encontraram no MST o espaço para se afirmarem enquanto LGBTQIA+.

Nesse sentido, as LGBTQIA+ Sem Terra vêm construindo outras referências para pensar a vida no território camponês, revelando o machismo e a LGBTfobia dentro dos acampamentos e assentamentos; reivindicando o direito de amar, morar e existir em territórios livres de preconceitos e discriminações.

Considerações Finais

O contexto agrário brasileiro dispõe de uma realidade social que guarda a particularidade histórica e cultural, do latifúndio, da escravização, como do cis-heteropatriarcado (CISNE; SANTOS, 2018). Esse espaço, historicamente, sofreu com processos de violências e ausências, não acessando condições dignas para a maioria dos sujeitos camponeses. A conquista de direitos, a exemplo da política de reforma agrária, tem se colocado como uma reparação histórica aos camponeses que tiveram sua condição objetiva de vida expropriada pela lógica latifundista-capitalista.

Na conquista da terra os camponeses passam a construir processos de organização e mobilização social, produzindo referências para qualificar a vida no

território a partir do acesso a terra e ao trabalho, objetivando suas necessidades humanas. Ao passo, que pessoas LGBTQIA+ enfrentam dificuldades para viver e amar nos territórios, confrontando-se diretamente com as determinações do cis-heteropatriarcado.

O cercamento e/ou controle dos corpos e desejos no espaço agrário, legitimam os papéis sobre ser homem e ser mulher, determinando um lugar de subalternidade as mulheres e as sexualidades e identidades de gênero dissidentes. Na formação social brasileira o capitalismo, o racismo e o cis-heteropatriarcado, têm estruturado sistemas de desigualdades, atualizando formas de cercamento das condições objetivas e subjetivas da vida sustentadas pela propriedade privada.

O grande interesse no sexo se explicaria pelo fato de que ele interfere no modo como as sociedades se organizam, sendo necessário não apenas entendê-lo, mas estabelecer critérios para sua prática e, assim, assegurar o bom funcionamento dos vários setores que integram uma sociedade, como a família procriadora, por exemplo. (OLIVEIRA, 2017, p. 56).

A opressão vivida por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queers*, intersexos, assexuais e demais variações de sexualidade e gênero (LGBTQIA+) no espaço agrário se traduzem no silenciamento, no indizível, na fuga e no êxodo, como barreiras estruturais para a vivência plena das sexualidades e identidades de gênero.

As opressões sofridas pelas pessoas LGBTQIA+, no campo brasileiro, vem sendo pautada por diversos movimentos sociais, a exemplo do MST, que tem se colocado numa tarefa histórica de forjar novas relações humanas em torno da construção de territórios livres de preconceitos e discriminações.

O Coletivo LGBT Sem Terra se lança como espaço fundamental de organização política e de protagonismo das pessoas LGBTQIA+ Sem Terra protagonizando a ocupação de uma organização, formada em seus quadros em sua maior parte por

homens cis e heteros, demarcando a relevância de um projeto de reforma agrária popular, marcado pelo direito de amar e existir.

O Brasil se formou a partir da invasão colonial, constituindo classes, com opressões acentuadas de gênero-sexualidade e de raça-etnia, minando estruturalmente, a liberdade das pessoas. A população LGBTQIA+ reivindica o direito a diversidade e afirmação política, seja nos territórios rurais, seja nos urbanos, se colocando em movimento na luta contra as cercas do cis-heteropatriarcado e do capitalismo.

Referências

- BARBOSA, Lia Pinheiro. Legado e rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 13, n. 24, p. 107-138, 2017.
- CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. São Paulo. Editora Cortez, 2014.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol. 8. São Paulo: Cortez, 2018.
- COLETTI, Luiz Henrique. **Cidades gays ou a homossexualidade urbana**: sobre homossexualidade e grandes centros urbanos. Medium, Mar 2015. Disponível em: <https://medium.com/neworder/cidades-gays-ou-a-homossexualidade-urbana-f867c09fbd25> . Acesso em: 12 nov 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Série Assistentes Sociais no combate ao preconceito: o que é preconceito?* Caderno 1. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2016.
- DULCE, Emilly. **LGBTfobia veio de caravela**: colonização sobre os corpos indígenas. Brasil de Fato, São Paulo, 17 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/lgbtfobia-veio-de-caravela-colonizacao-sobre-os-corpos-indigenas> . Acesso em 11 out 2020.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado** / Friedrich Engels; tradução de Leandro Konder. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas**. Editora Boitempo: São Paulo, 2019.
- _____, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salette (org.) **Dicionário da Educação do Campo**/Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.746-750.
- FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. **Os afectos mal-ditos**: o indizível das sexualidades camponesas. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo, Cortez Editora, 2018, p. 17-61.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GONTIJO, Fabiano. As experiências da diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Cienc. Cult.** vol.69 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2017. p. 50-53.

GONTIJO, Fabiano; COSTA, Francisca Célia. “Ser Traveco é Melhor que Mulher”: considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. Bagoas: **Revista de Estudos Gays**, 6 (8): 2012, p. 171-186.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia o ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARIANO, Alessandro Mariano; PAZ, Thais Terezinha. O debate LGBT no MST In: NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thais T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital: para a crítica da economia política**. Livro I, v. II, RJ: Civilização Brasileira, 2006. p. 833-885.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba: Editora Prysmas, 2017.

PAIVA, Pedro Henrique Azevedo da Silva. Arco-Íris no campo: Etnografia da “Homossexualidade” masculina no ambiente rural. **Revista Caderno de Gênero e Diversidade**. Volume 1 ed. Paraíba, 2015.

RIOS, Luis Felipe. **Lôce Lôce Metá Rê-Lê!: Homossexualidade e transe (tividade) de gênero no Candomblé de Nação**. 1997. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia. Recife. Universidade Federal do Pernambuco.

RIOS, Luis Felipe. **O Feitiço de Exu: um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro**. 2004. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998b. p. 15-20.

SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. 334 folhas. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2005.

SILVA, Andréa Lima da Silva; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **Revista SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498-516, jul.-dez./2015.

SILVA, P. M. G. Ante à radicalização hetero-patriarcal: resistências e possibilidades ético-políticas no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 180-195, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24119>. Acesso em: 04 jul. 2021

THEODORO, H. G. S.; COGO, D. (In)visibilidades sociocomunicacionais na diáspora queer. **Palavra Clave**, Vol. 23 No. 3. e2332. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7544191.pdf> . Acesso em: 17 out. 2020.

(In) visibility and silencing of dissident sexualities and gender identities in the agrarian space

Abstract: The weight of cis-heteropatriarchy in the historical and cultural relations of domination imposes limits on sexual and gender diversity; in the agrarian space, this oppression is deepened with the devices to control bodies and sexualities, built by the family unit and community sociability, implying processes of invisibility and enclosure of dissident sexualities and gender identities. This article is a qualitative bibliographical reflection. In the end, we understand that cis-heteropatriarchy promotes limits in the Brazilian social formation to the experience of affective and sexual experiences, having in our analysis strong repercussions in peasant territories, through the concealment of homosexual practices, while this segment confronts and conflicts these relationships in the breaking of fences that prevent them from living, being and loving.

Keywords: Peasant territory, sexual and gender diversity.

Recebido: 20/04/2021
Aceito: 16/07/2021